

***Percorrer o Império da desordem, do desleixo e da miséria:
as inspeções na Assistência a Alienados no início do século XX***

ROBERTO CESAR SILVA DE AZEVEDO*

Um grito “violento” ressoa na noite clara, a cidade parece deserta. Numa “melopéa arrastada”, o mar “vozeava” na Praia da Saudade de um jeito “rouco e lamentoso”. Em resposta ao primeiro, outro grito, dessa vez “medonho”, “de fera”, “horripilante”. A luz do luar era “fantástica”, derramava-se nas “calçadas como uma toalha de neve luminosa”. Logo se sucederam outros gritos retalhando o ar. Assustados, “correndo, com os cabelos eriçados, e com a alma cheia de horror”, cinco rapazes, sentindo decrescer atrás deles o clamor dos loucos, se afastam da “Casa de Sofrimento”.

Aquela noite iniciara “em torno de uma mesa de restaurante”, na qual os sonhos e anseios, concernentes à “idade dos convivas”, eram ditos “em prosa e verso”. Era uma noite de “maluquice romântica”, como, não raro, eram as noites dos jovens embevecidos pela boemia carioca no ocaso do século XIX, e o grupo de rapazes, após a ceia, entabulara, sob o embalo do romantismo característico dos dezoito anos, uma “conversa desvairada”. Ao saírem do restaurante, ainda com as almas agitadas, o grupo resolveu seguir a sugestão do “mais exaltado”: “como seria belo, agora, um passeio à praia da Saudade! Oh! Ver o hospício, sob este luar...” E assim seguiram “a pé”, sob o testemunho do “luar divino”, empenhados em saciar a sede por “peregrinações”, aguçada pelos *Cantos de Childe Harold*, do poeta inglês Lord Byron¹.

Foi na região entre os morros da Babilônia e do Pasmado que, “àquela hora mansa da noite”, o “grito sacrílego” de um dos boêmios encontrou respostas vindas de dentro daquele prédio “branco e sinistro”. Esse esdrúxulo diálogo, o qual, de um lado,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES.

¹*Childe Harold's Pilgrimage*, ou a *Peregrinação de Childe Harold* é um dos principais trabalhos de Byron. A obra, composta de quatro cantos escritos entre 1811 e 1818, narra as andanças, os amores e os desencantos de um herói que peregrina por regiões da Europa, como a Península Ibérica, Albânia e Grécia, as quais tem sua natureza minuciosamente descrita. Byron influenciou a obra de muitos artistas e literatos mundo afora e, no Brasil, influenciou os escritos de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, entre outros. Cf. Fagundes VARELA. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Edições Skiper, s/d.

um grupo de jovens embalados pelo “excesso de romantismo”, de outro, a “triste casa”, “povoada de sonhos alucinados”, marcou a primeira vez em que Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, um dos cinco rapazes, se aproximou do Hospício Nacional dos Alienados².

É através de um artigo publicado em 1905³ que Olavo Bilac descreve suas impressões sobre as mudanças sofridas pela instituição através dos anos. Nos informa que o “horror” e a “dolorosa angústia” compartilhada com seus companheiros de juventude em busca de “aventuras longas e terríveis” voltou a se repetir invariavelmente em outras visitas “em diferentes épocas”.

Convém, entretanto, destacar que a situação do hospício não era a única a suscitar críticas dos homens públicos da época. Em publicação de 1886, referente ao Asilo de Mendicidade, o já renomado lente da cadeira de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Teixeira Brandão, primeiro médico-psiquiatra a dirigir o Hospício Pedro II de 1886 a 1897⁴, expõe sua repugnância pela “empestada atmosfera do asilo”⁵. Assim como nas lembranças do cronista⁶ acerca do hospício, a pena do médico recorre à imagem do dissonante coral de gritos para descrever o heterogêneo grupo de internos do asilo, no qual se incluíam alienados:

“No meio de toda dessa confusão de indivíduos [...] misturam-se, como se fora uma ironia da sorte, os brados da alegria insana com os gemidos dos que sofrem, a gargalhada alvar do idiota com os soluços plangentes do velho

² O episódio relatado por Bilac, considerada a idade enunciada e sua data de nascimento (1865), ocorreu aproximadamente na primeira metade da década de 1880, época na qual a instituição ainda se chamava Hospício de Pedro II. O Decreto 142-A de 11 de janeiro de 1890, além de desanexá-la do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, define seu novo nome, Hospício Nacional de Alienados.

³ Olavo BILAC, “No Hospício Nacional”. IN: *Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria*. Rio de Janeiro, ano 2, fevereiro de 1905.

⁴ Cf. Jurandir Freire COSTA. *Historia da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. P.22.

⁵ Com a finalidade de regulamentar o Asilo de Mendicidade, o Decreto nº 9274 de 6 de setembro de 1884, portanto, coetâneo ao primeiro contato de Bilac com o hospício, define no quarto parágrafo de seu primeiro artigo, que receberá em suas dependências *os idiotas, imbecis e alienados que não forem recebidos no Hospício de Pedro II*. Encontramos assim, um indício de que o hospício apresentava limitações no que se refere à sua capacidade de suprir as demandas de internação.

⁶ Consideramos aqui Olavo Bilac a partir de sua produção como cronista. Para uma abordagem que privilegia essa dimensão do literato cf. Marta Eymael Garcia SCHERER. *Bilac - sem poesia. Crônicas de um jornalista da Belle Époque*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado em Literatura.

*abandonado, os gritos da criança, prenúncios do alvorecer da vida, com os suspiros arquejantes daqueles que vão dela*⁷.

A relação entre insanidade e um comportamento que se manifesta numa desordenada mistura de manifestações que vai do choro ao grito, do canto ao riso também pode ser encontrada em obras literárias, entendidas aqui como dimensão representativa da situação social que as determinam⁸. Em *O Quinze*, romance que descreve os efeitos da seca ocorrida no ano de 1915 sobre a população rural do Ceará, Rachel de Queiroz produz a seguinte imagem em um momento no qual um de seus personagens viaja em um trem que liga a capital ao sertão:

*“Dez minutos mais, e o Asilo de Alienados mostrou, num claro, entre mangueiras, a fachada branca da capela. Dona Inácia ouviu vagamente, misturados ao barulho das rodas e ao resfolegar da máquina, dois ou três gritos agudos e um fragmento de canção”*⁹.

No soneto *A louca*, o poeta Augusto dos Anjos, notabilizado por incluir e resemantizar o vocabulário científico em sua obra¹⁰, descreve assim o comportamento da moça “morta em vida: [...] E hoje, para guardar a mágoa oculta,/ Canta, soluça - coração saudoso,/ Chora, gargalha, a desgraçada estulta”¹¹. O próprio Olavo Bilac em uma das suas mais destacadas poesias, *Via Láctea*, define: “Que é dos loucos somente e dos amantes/ Na maior alegria andar chorando”¹².

Lima Barreto constrói uma imagem distinta acerca do que considerava a “idéia popular da loucura”, talvez pela proximidade com a experiência daqueles considerados alienados. Passou parte de sua juventude na Ponta do Galeão, na Ilha do Governador, área das Colônias de Alienados São Bento e Conde de Mesquita, nas quais seu pai, João Henriques, trabalhou como almoxarife. Além disso, em 1902 João passa a apresentar os primeiros sinais da loucura que o acompanharia até o fim de sua vida. O próprio romancista chegou a ser internado por duas vezes no Hospício Nacional dos Alienados, por motivo de alcoolismo. Nesse sentido, mesmo que compreendesse o prédio tal qual

⁷ Teixeira BRANDÃO. *Os alienados do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1886. P.84.

⁸ Cf. Fábio LUCAS. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

⁹ Rachel de QUEIROZ. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. P.103.

¹⁰ Ubiratan Machado PINTO. Sobre a catarse de Augusto dos Anjos. IN: *Nau Literária. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*. Porto Alegre. Vol. 03, nº2, jun/dez 2007.

¹¹ Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/augus.html>, último acesso em 12/02/2009.

¹² IN: Afonso Telles ALVES. *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Ed. Logos, 1960. P.107.

“uma sepultura em vida”, Barreto não relacionava a alienação mental com a confusão de emoções, ao contrário, todo o “horror da loucura” era descrito como um conjunto de fenômenos “perfeitamente naturais”:

“Só o nome da casa metia medo. O hospício! [...] Com que terror, uma espécie de pavor de coisa sobrenatural, espanto de inimigo invisível e onipresente, não ouvia a gente pobre referir-se ao estabelecimento da Praia das Saudades. Entrava-se, viam-se uns homens calmos, pensativos, meditabundos, como monges em recolhimento e prece. De resto, com aquela entrada silenciosa, clara e respeitável, perdia-se logo a idéia popular da loucura; o escarcéu, os trejeitos, as fúrias, o entrechoque de tolices ditas aqui e ali. Não havia nada disso; era uma calma, um silêncio, uma ordem perfeitamente naturais”¹³.

De acordo com Bilac¹⁴, “artigos alarmantes da imprensa” motivaram-no, já como renomado literato e cronista da revista *Kosmos*, a “percorrer a Casa de Loucura” outras vezes. Nessas oportunidades deparava-se com um cenário no qual “tudo respirava miséria e abandono”. Retornava sempre dessas inspeções tal como voltasse “de uma visita ao inferno”, e expunha as impressões do que encontrava:

“A casa era suja e sombria; as enfermarias acanhadas e escuras; os loucos dormiam, ao acaso, atirados pelo chão; as roupas eram velhas e esfarrapadas; a comida era péssima; e o tratamento médico, se já não era o mesmo que o grande Pinel, em 1792, foi encontrar praticado nos hospícios franceses, era ainda uma bárbara e retrógrada mistura de inépcia e brutalidade: quarto forte, duchas e camisa de força”¹⁵.

Alguns jornais da época publicavam artigos que não apenas alarmavam o poeta, mas também coincidiam com as suas descrições. Na edição de 02 de fevereiro de 1902, o *Jornal do Commercio* publicava uma grande reportagem na qual denunciava a persistência do “lamentável estado a que foi reduzido o Hospício Nacional de Alienados”. A reportagem destaca o agravamento dos “estragos materiais” observado com o tempo. Entretanto, o foco central da reportagem não é o aspecto material do hospício. O destaque é dado para um episódio específico: o desfalque efetuado por Oscar Adolpho da Costa Braga, ex-almoxarife do estabelecimento.

¹³ Cf. Lima BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick Editora, 1997. P.58. Para uma biografia de Lima Barreto ver Francisco de Assis BARBOSA. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1975.

¹⁴ Olavo BILAC. *Op. cit.*

¹⁵ Artigo não paginado.

Segundo a denúncia, o desfalque era “conseqüência da má administração” do Dr. Dias Carneiro, então diretor do hospício¹⁶. Carneiro era descrito como um homem frágil e incapaz de exercer uma “fiscalização devida” sob as atividades administrativas. “Bonomia natural”, “idade avançada”, “padecimentos físicos” e “confiança quase cega” em seus subordinados compunham o perfil do diretor, que, “afadigado com o peso dos seus 30 anos de serviço”, facilmente “abdicava de si mesmo e de suas responsabilidades em favor alheio”. A vulnerabilidade apresentada por Carneiro permitiu que, aos poucos, o almoxarife se tornasse o diretor “de fato” do serviço administrativo¹⁷: “Ele se entendia diretamente com os fornecedores; nomeava e demitia empregados; recebia e despachava os inspetores do serviço do hospício; em suma, [...] Oscar Braga era o *alter ego* do Dr. Dias Carneiro”.

A facilidade em “captar a confiança do diretor” resultava do “tino” de Costa Braga, além do fato de ser ele filho de “um antigo conhecido” de Carneiro. Quanto ao desfalque, este foi descoberto por obra do “acaso”:

“Tendo que prestar informações ao Sr. Ministro do Interior acerca do produto dos aluguéis dos prédios do hospício, [Carneiro] pediu essas notas ao almoxarife, e como ele não lhe as prestasse com a prontidão necessária, foi ao cofre, para verificar pessoalmente, tendo então a surpresa de encontrar os invólucros violados e quase vazios”¹⁸.

Contudo, mesmo comprovado o desfalque, o “funcionário delinqüente” não foi punido. Considerado “irresponsável” devido a uma “perturbação mental” que o acometia, Costa Braga foi afastado do cargo e sua família conseguiu ressarcir a “importância total do dinheiro subtraído”. A reportagem não levanta dúvidas acerca da “insanidade” do ex-almoxarife, chegando, inclusive, a descrever um insólito episódio que a confirmaria.

¹⁶ Pedro Dias Carneiro esteve à testa do Hospício Nacional de Alienados de 1897 a 1902; cf. Tânia Mara Pedrosa MÜLLER. *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional dos Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado). P.69.

¹⁷ Oscar Adolpho da Costa Braga foi nomeado para o cargo no dia 03 de abril de 1899. Cf. Relatório do MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1899 E 1900, p. 289. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Epitácio Pessoa em março de 1900, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2009.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 02 de fevereiro de 1902. O regulamento do Hospício Nacional de Alienados, definido pelo decreto N°. 3.244 de 29 de março de 1889 determinava em seu art.30, cláusula VIII, a apresentação anual das ocorrências técnicas e administrativas do estabelecimento ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Assim que o desfalque veio à tona, Costa Braga foi recolhido à Repartição Central da Polícia. Em uma das noites de cárcere, após um dia de forte calor, o ex-almoxarife, percebe que os agentes que deveriam vigiá-lo, bem como aos demais detidos, “dormiam a sono solto”. Astuto, Braga segue em direção à rua, toma “um tálburi que passava” na hora e ordena “calmamente” ao cocheiro que seguisse para sua casa, localizada na rua da Piedade, no bairro de Botafogo. Com grande “espanto” foi recebido pela família e tratou de explicar-se, dizendo que ali estava com o intuito apenas de se banhar e tomar um café.

Após satisfazer suas vontades, tomou outro tálburi “mandando que o cocheiro seguisse para a Central”. Interceptado por agentes que a essa hora já haviam dado pela sua falta no cárcere, foi reconduzido à Repartição Central da Polícia sob a acusação de ser um fugitivo. Nada fazia com que os agentes acreditassem no retorno voluntário de Costa Braga à sua cela. Segundo a versão da guarnição de serviço aos seus superiores, ao determinar que o cocheiro seguisse para a Central, o ex-almoxarife se referia à Estação Central da Estrada de Ferro, na qual embarcaria num trem para “fugir da ação da polícia”. Por fim, e não avançando na controvérsia, o periódico considera que esse episódio “é bem expressivo para provar qual o estado de espírito do ex-almoxarife”¹⁹.

Após a descrição do serviço administrativo, que andava “ao Deus dará”, a reportagem parte para a denúncia do estado de “abandono” o qual se encontrava o serviço médico-sanitário. Obsolescência dos métodos e teorias aplicadas no tratamento dos enfermos ali internados; estagnação das pesquisas científicas; mau funcionamento do serviço de farmácia; falta de camas e enxoval para os internos, são os itens citados pela reportagem. A ressalva é feita para o Pavilhão de Observação, que desfrutava de situação “incomparavelmente melhor” devida, principalmente, ao número “limitado” de internos e à capacitação dos que ali trabalham. Em todo o resto, o “desleixo” e a “decadência” eram tidos como claros e manifestos.

A situação era assim descrita pelo periódico:

¹⁹ Oscar Adolpho da Costa Braga foi demitido no dia 27 de janeiro de 1902, sendo na mesma data nomeado Euzébio de Queiroz Mattoso Maia para a vaga de almoxarife. Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1901 E 1902, p. 197. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Sabino Barroso Junior em março de 1902, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2009.

“[...] os assoalhos luzidios, os metais reluzentes dão por toda parte uma impressão de asseio. Tal impressão, porém, é superficial, pois, de quando em quando, ao passar por um quarto forte, se sente o cheiro nauseabundo da latrina colocada ao nível do assoalho. O pessoal da casa replica ao visitante mal impressionado que ninguém sabe o que é lidar com doidos. De certo, cuidar de alienados não é coisa fácil; o enfermeiro de loucos precisa ser dotado de grande paciência; gente sem razão é gente sem regra. Mas o que não padece dúvida é que o serviço ininterrupto de bem entendida vigilância, a fiscalização constante e esclarecida pode criar um regime salutar para esses infelizes que são, por assim dizer, os mortos da vida, merecedores, por isso mesmo, do nosso carinho e nossa dedicação”²⁰.

O conjunto desses problemas era encarado pelo periódico como produto da “incompetência do Estado”. Contudo, o jornal referia-se especificamente à instância política administrativa do Distrito Federal, uma vez que adiante cita São Paulo como “prova brilhante” de como é possível oferecer um serviço psiquiátrico que “nada fica a dever ao que a Europa tem de melhor no gênero”. Já o Rio de Janeiro tinha não um hospital ou um hospício, mas “pura e simplesmente uma casa de detenção”.

“A sorte dos infelizes privados da razão é a mais deplorável; tudo lhes falta. Mas o governo da República não pode assistir impassível a ruína daquele instrumento de caridade e de ciência. Urge providenciar para que voltemos a ter o que tínhamos há doze anos apenas”²¹.

Não é apenas o *Jornal do Commercio* que destaca a urgente necessidade de melhoramentos para o Hospício Nacional de Alienados. No mesmo período, a *Gazeta de Noticias*²² se convence de que esses melhoramentos devem ser “radicais” e inadiáveis. Destacando também o desfalque provocado pelo almoxarife, responsabiliza a cúpula administrativa do hospício. Seu diretor, Dias Carneiro, é definido pelo periódico, que ressalva seu caráter honorável e “bem intencionado”, como “homem fraco, cansado e sem espírito de iniciativa” e, conseqüentemente, incapaz de empreender as reformas que a “instituição está exigindo”.

²⁰ *Jornal do Commercio, op. cit.*

²¹ Idem. Não é objetivo desse trabalho analisar a imprensa cotidiana, contudo, cabe aqui notar que ao considerar o estado apresentado pelo Hospício Nacional de Alienados como sendo as ruínas do que se tinha há doze anos, o *Jornal do Commercio* sugere sua simpatia ou com o período no qual a instituição ainda era subordinada à Santa Casa de Misericórdia, ou ainda, e contraditoriamente, tomando como lastro o aspecto religioso, com o período da administração do anticlerical Teixeira Brandão.

²² *Jornal do Commercio* 13 de fevereiro de 1902.

O artigo reconhece as “dificuldades do momento” no que se refere à liberação de verbas para a adoção de “progressos” que coloque o Hospício de Alienados “em pé de igualdade com as melhores instituições similares dos países cultos”. Contudo adverte que “para tudo nesse mundo há um limite” e que ao negligenciar essas demandas, estaria o governo incorrendo em um “verdadeiro crime social”. No dia seguinte, o jornal *A Notícia*, em conformidade com os outros já citados, conclui a necessidade de se sanar os males do hospício “pela raiz”²³ através de “uma reforma radical”, sendo necessário, referindo-se ao caso do almoxarife, inclusive, “abrir um inquérito que apurasse a responsabilidade dos delinqüentes”.

Se artigos como esses provocaram alarme em leitores como Olavo Bilac, reação diferente não parece ter provocado em José Joaquim Seabra, então responsável pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, o qual o Hospício Nacional de Alienados era subordinado²⁴. Em 12 de julho de 1902, Dias Carneiro é destituído do cargo de diretor do hospital, sendo substituído por Antônio Dias de Barros. No final deste ano, Seabra determina a criação de uma Comissão de Inquérito visando à inspeção das condições “da assistência a alienados no Hospício Nacional, devendo o inquérito abranger não só a parte técnica, mas também administrativa”. Além disso, a Comissão, composta pelo farmacêutico Francisco Manuel da Silva Araújo e pelos médicos Antônio Maria Teixeira, Egídio de Salles Guerra e Carlos Fernandes Eiras, deveria requisitar ao “Diretor do estabelecimento as providências e os esclarecimentos que dele dependerem e forem de mister para o bom desempenho dos trabalhos”, caso a solução escapasse à

²³ *A Notícia*, 14 de fevereiro de 1902. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.72.

²⁴ Seabra era baiano e teve um vasto currículo na vida pública, com cinco mandatos de deputado federal (1891 a 1893; 1897 a 1889; 1900 a 1902; 1909 a 1911; 1933 a 1937); uma vez vereador (1926); duas vezes governador da Bahia (1912 a 1916; 1920 a 1924); uma vez senador (1917 a 1920); professor da Faculdade de Direito do Recife nos últimos anos do Império; Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1902 a 1906); Ministro da Viação e Obras Públicas (1910 a 1912); Ministro das Relações Exteriores – interino – (1902). Em 1922 foi candidato a vice-presidente na chapa *Reação Republicana*, encabeçada por Nilo Peçanha, derrotada por Arthur Bernardes. A praticamente ininterrupta presença de Seabra nas instâncias de poder – hiatos se deram em três momentos por motivo de exílio: em 1891 e 1893, quando se opôs ao governo de Floriano Peixoto, chegando a exigir seu *impeachment*; em 1926, durante o estado de sítio, no governo Arthur Bernardes – chegou a se tornar alvo de críticas e ironias. É na seção humorística *Pingos e Respingos* do jornal *Correio da Manhã* que encontramos a seguinte quadrinha: “*sai o cobre do tesouro/ (e ao sair não volta mais)/ sai do povo a pele, o couro/ só tu, Seabra, não sais*”, cf. Luiz EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Semente, 1986, p.406. Para um panorama da trajetória política de Seabra, ver Maria do Carmo Baltar Esnaty de ALMEIDA. *A Victória da Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 1997. (mimeo).

competência daquele funcionário, deveria, então, a Comissão dirigir-se ao ministério. Por fim, os levantamentos da sindicância indicariam “ao Governo os pontos merecedores de reparo e as medidas que, respectivamente, convenha tomar”²⁵.

Dentre os comunicados enviados pela comissão ao ministro, um deles²⁶, aponta para as condições das crianças internadas²⁷. Os relatores consideraram “revoltante” o estado de “promiscuidade”, no qual se encontravam adultos e crianças, estando, inclusive, alguns “em completo estado de nudez”. O ofício cobra um tratamento adequado para estes “pequenos infelizes”. Como solução para aquele “ajuntamento vergonhoso”, tão “ofensivo à moral” e “deprimente” aos “costumes”, a Comissão indicou a remoção das crianças para um pavilhão existente anexo à lavanderia. Sua reforma não despenderia de muitos recursos e se efetuaría rapidamente.

Convém destacar, entretanto, que a situação das crianças já havia sido denunciada em outras oportunidades. Em artigo sobre as irregularidades da administração de Dias Carneiro²⁸, o *Jornal do Comércio* denunciava: “crianças loucas andam juntamente com adultos”. Administrações anteriores, queixando-se de restrições orçamentárias, reconheceram essa situação. O mesmo Dias Carneiro afirma que a promiscuidade²⁹ “não pode deixar de existir, a vista de absoluta ausência de pátios internos” no prédio. Mais adiante pergunta, em tom de desabafo: “onde colocá-las [...] se não temos um pavilhão separado para elas [...]? Seria melhor enclausurá-las em um quarto, do que deixá-las passear livremente?”³⁰ Substituindo Dias Carneiro no “pesado encargo” de dirigir o hospício³¹, Antônio Dias Barros, mesmo contando com exíguos

²⁵ *Ministério da Justiça e Negócios Interiores* – Diretoria do Interior – 1ª seção, de 16 de dezembro de 1902. Em 22 de janeiro de 1903 o inquérito as ações da comissão são estendidas às colônias de alienados da Ilha do Governador.

²⁶ Informe encaminhado pela comissão ao ministro J. J. Seabra em 27 de dezembro de 1902. O ofício é transcrito no Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores apresentado ao presidente da República em abril de 1903.

²⁷ A imprensa cotidiana seguia a destacar as condições de salubridade da instituição. No jornal *A Tribuna* de 09 de fevereiro de 1903 encontramos uma denúncia acerca de criação de porcos naquelas instalações.

²⁸ *Jornal do Commercio*, op cit.

²⁹ A acepção de *promiscuidade* usada é a que indica mistura desordenada e confusa, sem a conotação sexual correntemente utilizada nos dias de hoje.

³⁰ Relatório do Hospício Nacional de Alienados, 1902, apud Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.75.

³¹ No *Relatório do Hospício Nacional de Alienados* de 05 de março de 1903 é clara a resignação de Dias Barros com a impossibilidade de se efetuar grandes mudanças na instituição: “Aceitei, porém, tal e tão

recursos financeiros estabelece entre os melhoramentos prioritários a adaptação do pavilhão anexo à lavanderia para alojamento das crianças, o que se efetiva em sua curta gestão³².

É a partir das disputas internas no interior do Hospício Nacional dos Alienados anteriores à criação do Pavilhão-Escola Bourneville que consideraremos a instituição como um espaço de relações não harmônicas que demanda um corpo cientificamente especializado de administradores. Para uma melhor compreensão, esse momento será entendido, a partir da contribuição de Pierre Bourdieu³³, como um campo, ou sistema ou ainda um espaço estruturado de posições. Ele é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam posições diversificadas. As lutas se dão em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital científico) e da redefinição daquele capital. Essa noção nos é importante uma vez que propõe pensar a conflitividade intrínseca ao processo de construção e institucionalização de saberes e competências.

Em meio a controvérsias e denúncias, havia unanimidade no que consiste à necessidade de uma seção específica para as crianças. Contudo, se em um primeiro momento o que se pretendia era o fim do contato entre crianças e adultos, ao final dos trabalhos da comissão, que também provocaria a demissão de Dias Barros, as atenções se voltam para a necessidade de um tratamento médico-pedagógico específico para as crianças.

No dia vinte e seis de março de 1903, o alienista Juliano Moreira assume a direção do Hospício Nacional de Alienados com a responsabilidade de melhorar as condições da instituição. Treze dias depois inaugura os serviços da seção de crianças, conforme destacado pelo ministro J. J. Seabra:

“A 8 de abril do ano findo, inaugurou o diretor do Hospício Nacional o pavilhão Bourneville, que mandei construir, destinado a receber as crianças recolhidas a este estabelecimento, e que até então viviam em promiscuidade com os adultos insanos das diversas seções do manicômio. É desnecessário

pesado encargo apenas alentando pela idéia de cumprimento de um alto dever cívico, a qual me não pude furtar e por ter em mente o conceito evangélico relativo às recompensas reservadas aos homens de boa vontade”. Cf. Tânia Mara Pedrosa MÜLLER. *Op. cit.*, p. 73-74.

³² Idem.

³³ Cf. Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. _____. Renato ORTIZ. *Pierre Bourdieu : sociologia*. 2ª ed. - São Paulo: Ática, 1994.

*encarecer e fato dessa criação, diz o diretor, porque isto era reclamado, há muito, pela menos exigente ética profissional. O serviço clínico, confiado provisoriamente ao dr. Joaquim de Oliveira, passou a ser desempenhado pelo dr. Antonio Fernandes Figueira, nomeado pediatra, pela reforma da Assistência a Alienados”.*³⁴

Convém destacar que até o momento de sua inauguração o pavilhão de crianças é considerado um espaço destinado a evitar a “promiscuidade com os adultos”, não há referência ao viés médico-pedagógico. Além disso, a nomeação de um pediatra responsável pela seção reflete uma diretriz definida pela nova lei de Assistência a Alienados e não necessariamente como algo defendido por um conflito interno. É possível perceber que os conflitos denotavam menos a dimensão científica do que política. O que parece uma contradição com o que aqui se pretende, a compreensão da luta pelo monopólio da competência científica, encontra explicação segundo o próprio funcionamento do campo. Para Bourdieu, uma distinção “entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais” é inútil. Ao isolarmos a dimensão puramente epistemológica para a compreensão dos conflitos científicos incorremos num erro. A dupla face dos conflitos científicos incorpora as dimensões sociais e intelectuais³⁵.

Documentação

BILAC, Olavo. “No Hospício Nacional”. IN: *Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria*. Rio de Janeiro, ano 2, fevereiro de 1905.

BRANDÃO, Teixeira. *Os alienados do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1886.

BRASIL. Decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República em março de 1904. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1901 e 1902 apresentado ao Presidente da República em março de 1902. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

³⁴ Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1903 E 1904, p. 326. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000330.html>, último acesso em 12 de outubro de 2009.

³⁵ Renato ORTIZ, *op. cit.*, p. 124-125.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1902 e 1903 apresentado ao Presidente da República em abril de 1903. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1904 e 1905 apresentado ao Presidente da República em março de 1905. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *Jornal do Commercio*, Coluna Gazetilha, 02 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *Jornal do Commercio*, Coluna Gazetilha, 15 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *A Tribuna*. 09 de fevereiro de 1903.

HOSPÍCIO DE ALIENADOS, O. *Gazeta de Notícias*. 13 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO DE ALIENADOS, O. *A Notícia*. 14 de fevereiro de 1902.

Livro de Observações clínicas Nº 123 do Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados, 1910.

Bibliografia

ADAMO, Sam. *The broken promise: race, health and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. México: University of New Mexico, 1983.

ADORNO, Sérgio. “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva separada”. Disponível em <http://www.leonildocorrea.adv.br/pdf/adorno-racismo.pdf>, último acesso em 23 de outubro de 2009.

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. *A Victória da Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 1997. (mimeo)

ALVES, Afonso Telles. *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Ed. Logos, 1960.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1975.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

BILAC, Olavo. “Via Láctea”. IN: ALVES, Afonso Telles (org.). *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Logos Editora, 1960.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jporge Zahar Editora, 2001.

BRANDÃO, Berenice Cavalcante BRANDÃO; MATTOS, Ilmar Rohloff de; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Nº 4, Série Estudos, PUC-Rio, 1981. mimeo.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

CHEINAUX, Mônica da Rocha Oliveira. *Discurso e prática psiquiátrica no Rio de Janeiro (1896-1906): um estudo dos prontuários do Pavilhão de Observações do Hospício Nacional*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, Jurandir Freire. *Historia da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CUNHA, Olívia Pereira Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DANTES, Maria Amélia M. “Reflexões sobre os caminhos da historiografia das ciências no Brasil”. IN: PIETROCOLA, Maurício e FREIRE JR, Olival (orgs). *Filosofia, Ciência e História: uma homenagem aos 40 anos de colaboração de Michael Paty com o Brasil*. São Paulo: Ed. Discurso, 2005.

DIWAN, Pietra. *Raça pura. Uma história da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPIRITO SANTO, Thiago Braga do. *Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.(Dissertação de Mestrado em Enfermagem).

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997.

LACERDA, Janaína Furtado. “Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível”. IN: **Revista Histórica**, nº 13, agosto de 2006. disponível também em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia01/texto01.pdf>. Último acesso em 03/06/2009.

LAVELLE, Patrícia. *O espelho distorcido – imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MACHADO DE ASSIS, *O Alienista*. Disponível em <http://netomoraes2007.googlepages.com/Alienista.pdf>. Último acesso em 14 de outubro de 2009.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Diário do Hospício: o cemitério dos vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

- LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “João Fernandes”. In: *Contos Selecionados*. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições Spiker, s/d.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.
- MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa. *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional dos Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- MUNIZ, Camilla. “Preservando memórias”. In: *Olhar Virtual*. Edição 245 de 14 de abril de 2009. disponível em http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=245&codigo=1, último acesso em 22 julho de 2009.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual Editora, 1991.
- NEVES, Margarida de Souza. *Ciência e preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de História, 2004. (Projeto de Pesquisa). (mimeo)
- PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. IN: *Estudos Avançados*. Volume 13, Nº 35. São Paulo. Janeiro/Abril, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext, último acesso em 22 de outubro de 2009.
- QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Editora DÍEFEL, 1989.
- RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1997.
- SCHERER, Marta Eymael Garcia. *Bilac - sem poesia. Crônicas de um jornalista da Belle Époque*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado em Literatura.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SILVA, Renata Prudêncio da. *Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª Ed., tradução de Raul Barbosa de Sá; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. “A psiquiatria e a Universidade no Brasil: a contribuição de João Carlos Teixeira Brandão no seu nascimento”. In: *Psychiatry on line Brasil*. Novembro de 2008, Vol. 13, Nº 11. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano08/wall108.php>, último acesso em 20 de julho de 2009.

VARELLA, Drauzio. “Evolução”, IN: _____ *Borboletas da Alma: escritos sobre ciência e saúde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VARELA, Fagundes. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Edições Skiper, s/d.

VENÂNCIO, Ana Teresa A.. “Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. vol.10 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2003.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.